

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DA AMAZONIA.**

REQUERIMENTO Nº , de 2017

(Do Sr. Silas Câmara)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Integração Nacional, desenvolvimento Regional e da Amazonia, para debater a matéria veiculada do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, acerca da regularidade dos pagamentos do seguro defeso ao pescador artesanal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, para debater matéria veiculada do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, acerca da regularidade dos pagamentos do seguro defeso ao pescador artesanal.

Com a presença dos seguintes convidados:

- Exmo. Senhor Ministro - Wagner de campos Rosário. Ministro Substituto da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU);
- Doutor Dayvison Franklin - Secretário Nacional de Pesca e Aquicultura;
- Exmo. Senhor Ministro, Eliseu Padilha – Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência República;

- Exmo. Senhor Ministro - Jose Sarney Filho – Ministro de Estado do Meio Ambiente;

- Exmo. Senhor Deputado Estadual do Estado do Amazonas, Dermilson Chagas;

- Senhor Walzenir Falcão – Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores;

- Senhor Ronildo Nogueira – Presidente da Federação dos Sindicatos de Pescadores e Pescadoras do Estado do Amazonas

JUSTIFICATIVA

Recentemente o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, divulgou um relatório de avaliação da execução de programa de Governo nº 70, de fiscalização e monitoramento para a sustentabilidade dos recursos aquícolas e pesqueiros.

Conforme consta no relatório, “A ação de controle avaliou a regularidade dos beneficiários inscritos no RGP, a segurança da base de dados do RGP, o processo de concessão de licenças de pesca aos pescadores profissionais e o processo de fiscalização adotado pelo MAPA. A abordagem foi dividida em quatro fases distintas, quais sejam: **a)** confirmação que os beneficiários inscritos no RGP que recebem o seguro-defeso exercem exclusivamente a atividade da pesca; **b)** análise do processo de concessão da Licença ao pescador profissional e posteriores revalidações; **c)** análise da segurança da base de dados do RGP; **d)** o fluxo de publicação dos normativos que regulam a inscrição do pescador no RGP, avaliando os documentos que subsidiaram a elaboração das normas, bem como o processo de fiscalização adotado”.

Ainda de acordo com este relatório esse trabalho foi feito pelo seguinte razão da materialidade da ação, entre 2008 a 2014, a dotação orçamentária da Ação 0585 – Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal – quadruplicou de valor,

passando de R\$ 602 milhões em 2008 para R\$ 2,429 bilhões em 2014. Evolução dos inscritos no RGP, apresentando um aumento de 92,46% no número de cadastrados de 2007 até março 2015.

Nesse sentido, e com intuito de esclarecer o devido relatório, bem como saber das fontes de informações, e debater as recomendações, requeiro realização de audiência pública, com a participação de todos convidados citados, para que possamos realizar um debate proveitoso em busca da solução favorável a todos.

Sala das Comissões, de outubro de 2017.

Deputado SILAS CÂMARA
(PRB/AM)